

Orçamento com corte tem aval de Sarney

O presidente José Sarney vai recomendar a aprovação da proposta de Orçamento Geral da União para 1989, elaborada em conjunto pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, durante a reunião ministerial de amanhã. A proposta prevê cortes drásticos na verba de todos os ministérios, de forma a atender à meta de redução do déficit público no próximo ano para 2% do Produto Interno Bruto, acertada com o Fundo Monetário Internacional.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que esteve em audiência com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, informou que o Presidente debateu longamente o projeto de Orçamento para 89, mas não viu problemas em sua aprovação e realização. Segundo o ministro, na reunião de amanhã o debate em torno da proposta será franco. Ele não acredita que haverá contestações fortes.

Habitação

Um dos ministérios que vai sofrer cortes profundos é o de Habitação e Urbanismo, do ministro Prisco Viana. Nos últimos dias, a área econômica do Governo — Seplan e Fazenda — está montando uma equação que adapta a União ao texto constitucional que deverá entrar em vigor ainda este ano. De um lado, está montando a Operação Desmonte, que repassa cerca de dois mil programas federais a Estados e municípios, que ganharão verbas para esse fim. De outro, prescreve cortes no Orçamento Geral da União, para que o déficit público não se agrave e pressione mais a inflação. O MHU perde quase todos os seus programas atuais: ficará reduzido ao seu quadro de pessoal e sua dotação orçamentária praticamente se restringirá à folha de pagamentos.

O Ministério das Minas e Energia só vai ser prejudicado de um lado: pelos cortes no orçamento. A Operação Desmonte quase não o prejudica: só repassa o programa de eletrificação rural para Estados e municípios, algo que dá votos. Ontem, depois da audiência com o Presidente, o ministro do Planejamento negou que tivesse surgido uma reação contrária da parte do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, aos cortes.

"Não é isso que tenho discutido com ele", observou João Batista de Abreu. Destacou que, de sua parte, entende que os investimentos em energia e na área petrolífera são importantes. "Estou tentando equacionar essa questão da melhor maneira possível".

Transportes

O ministério dos Transportes vai perder dos dois lados. A Operação Desmonte vai eliminar o poderoso Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, o DNER. A Companhia Brasileira de Trns Urbanos é outra que some. O ministério sofrerá cortes orçamentários. A Rede Ferroviária Federal deverá ser privatizada em breve. Obra de significado político, a Ferrovia Norte-Sul é o único programa a ser salvo. O ministro José Reinaldo Tavares é amigo pessoal de Sarney, já reclamou e deve reclamar de novo dos cortes durante a reunião ministerial.

O ministério das Comunicações nada perde com a Operação Desmonte. Só está sujeito aos cortes orçamentários. O Ministério da Justiça perderá quase 50% de suas verbas no ano que vem, a preços de hoje. Seu programa de construção e reforma de penitenciárias deverá ser fortemente afetado.

Ainda assim, segundo apurou o Jornal de Brasília, o presidente Sarney tem mostrado entusiasmo com a Operação Desmonte. Ela representa, em dinheiro atual, cerca de Cr\$ 700 bilhões, pouco menos de 1% do PIB. A Constituinte vai retirar da União, em arrecadação tributária, pouco mais de 1% do PIB. A diferença fica por conta dos cortes no orçamento.

Nordeste

A reunião ministerial tem outro objetivo, além da discussão da proposta orçamentária. Vai mostrar que a Constituinte vai prejudicar — mais do que ajudar — os estados do Nordeste, com o novo sistema de partilha da receita fiscal. Estes serão os maiores perdedores. Depois, vêm os outros Estados. Quem ganha são os municípios. O Governo Federal quer mostrar, na reunião, que é capaz de se adaptar às mudanças determinadas pela Constituinte — e que essas mudanças não penalizam quem se sente beneficiado.

Segundo o ministro João Batista de Abreu, a proposta orçamentária define os recursos a serem destinados a cada área ou ministérios, que definirão suas prioridades. A recomendação é de que cada um restrinja-se a atividades típicas de Governo Federal. Ele se negou a indicar, entretanto, os órgãos, programas ou atividades que estariam na lista de extinção, fusão ou transferências da Operação Desmonte. "Não podemos ser açodados em relação a essa questão", alegou.



O presidente Sarney (com Mailson) não vê problema na aprovação do orçamento da União